



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

<input type="checkbox"/>	REQUERIMENTO	Número _____ / x (___ ^a)
<input checked="" type="checkbox"/>	PERGUNTA	Número 2405 / x (4 ^a)

Assunto: **Convivência do Governo face à grave situação dos trabalhadores da Gestnave, Erecta e empresas associadas**

Destinatário: **Ministério da Economia**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Expeça-se
Publique-se
14 / 05 / 2009
O Secretário da Mesa <i>Macedo</i>

Recentemente, uma delegação do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul com representantes dos trabalhadores da Gestnave e Erecta uma vez mais se dirigiu à Residência Oficial do Primeiro-Ministro e uma vez não obteve qualquer resposta concreta quanto à integração na Lisnave de todos os trabalhadores.

Os trabalhadores denunciaram e manifestaram a sua indignação pela falta de coerência dum Governo e do seu Primeiro-Ministro, que tanto propagandeiam a “criação de novos empregos e novas oportunidades”, enquanto se presta a dar cobertura à Lisnave para esta despedir, para usar e abusar do emprego precário, para pôr em causa direitos dos trabalhadores.

Os membros da Comissão de Trabalhadores da Lisnave reafirmaram a exigência ao Governo, e nomeadamente ao Primeiro-Ministro para que intervenha no sentido de pôr termo a todas estas atitudes da Administração da Lisnave, a coberto e sob o estímulo dos apoios governamentais (incluindo financeiros).

Não podemos ignorar que a integração dos trabalhadores na Lisnave decorre simplesmente das obrigações daquela empresa, expressas nos Protocolos, Acordos e da Legislação Nacional. Aliás, recordamos que há mais de um ano, em 7 de Janeiro de 2008, o Grupo Parlamentar do PCP, em requerimento ao Governo, alertava para o facto de a Administração da Lisnave ter dado um prazo até 29 de Fevereiro para os trabalhadores aceitarem um despedimento por mútuo acordo, findo o qual ameaçava aplicar o despedimento invocando o despacho do Governo. Entretanto, em grave violação da lei, manteve sem trabalho centenas de trabalhadores, ao mesmo tempo que usava para ocupar os seus postos de trabalho trabalhadores de empresas que não cumprem as normas do trabalho e actuam com práticas típicas da actividade ilegal.

A situação a que se tem assistido é verdadeiramente escandalosa, tanto mais se considerarmos o processo em que se integra. Oportunamente denunciámos que o acordo assumido pela Lisnave para com o Estado não estava a ser (e não foi) cumprido. Esta empresa, com apenas 400 trabalhadores efectivos, recusou-se a admitir os cerca de 200 trabalhadores da Gestnave, que mesmo assim só dariam para assegurar cerca de metade do efectivo a que se tinha comprometido.

Isto apesar de em média laborarem no estaleiro mais de 2 mil trabalhadores, em grande parte em situação de precariedade e de a Lisnave ter vindo a aumentar significativamente os seus lucros.

Perante isto o Governo PSD/CDS não obrigou ao cumprimento do acordo, optou por decidir a extinção da Gestnave em final de 2007 e por sua vez o Governo PS/Sócrates consumou a sua execução, deixando ao abandono os trabalhadores.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Inacreditavelmente, o Governo, através do Ministério da Economia, respondeu ao Grupo Parlamentar do PCP um ano e três meses depois (!), com o seguinte texto:

«Relativamente às Perguntas acima identificadas sobre, respectivamente “Integração dos trabalhadores da Gestnave e Erecta na Lisnave”, “Processo de despedimento sobre trabalhadores da Gestnave e Erecta” e “Trabalhadores da Gestnave e Erecta”, informamos que não nos foi possível dar-lhes resposta atempada sendo que as questões neles colocadas estão já ultrapassadas por se ter encontrado solução para a situação que é veiculada nos requerimentos. Com efeito, com a celebração do Acordo de Princípios entre a Lisnave e o Estado, em 21 de Janeiro de 2008, com a ida do Senhor Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação à Comissão de Trabalho e Segurança Social da AR em 31 de Janeiro de 2008, com a nomeação da Comissão de Acompanhamento para a certificação do cumprimento do referido Acordo de Princípios por despacho da mesma data e com a resposta dada a essa Gabinete sobre a evolução do cumprimento do mesmo acordo através do nosso ofício n.º 1055, de 10/03/2009, estão já elucidadas as questões em apreço.»

Esta é uma resposta inaceitável, que demonstra a opção de classe que o Governo tem assumido desde sempre também neste processo, colocando-se do lado do capital e considerando ultrapassadas estas questões e resolvido o problema.

Tal como o PCP afirmou então no requerimento ao Governo, e aqui se reafirma, os trabalhadores da Gestnave admitidos há muitos anos para os estaleiros da Lisnave têm direitos. Cabe ao Governo agir para fazer o que deve ser feito, não os despedimentos e o aumento do desemprego, mas sim: assegurar o cumprimento do acordo com o Estado; promover a integração dos trabalhadores da Gestnave e Erecta na Lisnave, profissionais altamente qualificados de que esta necessita; manter os compromissos assumidos com os reformados e pré-reformados; preservar os postos de trabalho e garantir a qualidade e o futuro da indústria naval em Portugal.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do **Ministério da Economia**, o seguinte:

1. Que explicações tem o Governo para apresentar relativamente a esta revoltante displicência com que tem acompanhado o processo dos trabalhadores da Gestnave, Erecta e empresas associadas, e a sua integração na Lisnave, conforme o compromisso firmado com o Estado?
2. Que medidas concretas vai o Governo finalmente tomar para que este compromisso seja levado à prática de uma vez por todas?
3. Como explica o Governo esta sua atitude de nem sequer se dignar a receber os Órgãos Representativos dos Trabalhadores para discutir em conjunto as perspectivas deste processo?

Assembleia da República, 14 de Maio de 2009.

Os Deputados:


Bruno Dias


Francisco Lopes